

## **Pacote de privatização cresce e inclui até a Casa da Moeda**

Por Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De São Paulo

Em uma tentativa de obter receitas adicionais e conter o rombo fiscal de 2018, o governo deu sinal verde a um plano mais amplo de privatizações que vai muito além da Eletrobras. O pacote de vendas e concessões aprovado ontem pelo conselho de ministros do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), em reunião no Palácio do Planalto, inclui o aeroporto de Congonhas (SP) e a Casa da Moeda. Estão ainda na lista a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a Lotex, modalidade conhecida como "raspadinha", cujo leilão foi confirmado.

Congonhas (SP), o terminal mais lucrativo de toda a rede da Infraero e responsável hoje por quase 20% de suas receitas, será leiloado à vista e com preço mínimo de R\$ 5,6 bilhões. Além disso, o governo resolveu leiloar outros 13 terminais entre julho e setembro de 2018, às vésperas das eleições.

Também vai colocar à venda a participação de 49% da Infraero em quatro aeroportos concedidos pela ex-presidente Dilma Rousseff: Guarulhos (SP), Brasília (DF), Galeão (RJ) e Confins (MG). O governo espera obter até R\$ 8 bilhões com essa operação, mas promete destinar o dinheiro à estatal,

que ficará sem seus principais ativos.

O plano aprovado ontem em reunião do PPI no Palácio do Planalto, sob comando direto do presidente Michel Temer, abrange ainda a privatização da Casa da Moeda. O ministro da Secretaria-Geral, Moreira Franco, lembrou que o uso cada vez menor de papel-moeda como forma de pagamento tem levado a "sucessivos prejuízos" da estatal. Para ele, há o risco de ela tornar-se mais dependente do Tesouro Nacional. "A Fazenda entendeu corretamente que fará estudo sobre sua venda."

Outro ativo incluído, que quebra um verdadeiro tabu no setor, é a privatização da Codesa. Só terminais portuários são atualmente operados pela iniciativa privada, mas não a administração do condomínio como um todo.

Moreira negou que haja viés meramente arrecadatário no programa de concessões e ressaltou que investimentos de R\$ 24 bilhões já foram destravados com projetos repassados à iniciativa privada. "Isso é essencial para a geração de emprego e renda."

Com o apoio do ministro, a equipe econômica venceu um duelo de bastidores e conseguiu incluir Congonhas no pacote de concessões. A "joia da coroa" no sistema aeroportuário deverá atrair

gigantes do setor e assegurar um ágio significativo na disputa, avalia o governo nos bastidores. O vencedor precisará investir R\$ 1,8 bilhão em melhorias - como mais pontes de embarque e desembarque, modernização do sistema de bagagens - e pagar tudo de uma tacada só.

Nas duas primeiras rodadas de concessões, a outorga era paga em parcelas anuais ao longo de toda a vigência do contrato. Isso tornava praticamente nulo o impacto fiscal dos leilões no curtíssimo prazo. Nos quatro aeroportos licitados em março deste ano, as regras mudaram: 25% do preço mínimo e todo o ágio oferecido nos lances vencedores tiveram que ser pagos à vista, no ato de assinatura do contrato. À exceção de Congonhas, que será leiloado individualmente, os demais aeroportos continuam com essa sistemática de pagamento.

Serão três blocos diferentes. Um é constituído por Vitória (ES), onde a Infraero está na reta final de construção de um moderno terminal de passageiros, e por Macaé (RJ), importante entreposto para a indústria de petróleo e gás. O "circuito de turismo" do Nordeste é encabeçado por Recife (PE) e tem outros cinco ativos: Maceió (AL), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB), Aracaju (SE) e Juazeiro do Norte (CE). Mais cinco aeroportos serão concedidos no Mato Grosso:





Cuiabá, Sinop, Alta Floresta, Rondonópolis e Barra do Garças. Ao todo, o governo espera pelo menos R\$ 6,39 bilhões em outorga em 2018 - sem considerar ainda a possibilidade de ágio.

Todos os editais têm previsão de serem publicados no segundo trimestre do ano que vem. O leilão aconteceria no trimestre seguinte. Algumas autoridades colocam em dúvida a chance de cumprir fielmente o calendário.

O ministro dos Transportes, Maurício Quintella, admitiu ter sido contra a inclusão de Congonhas no pacote, porque isso dificulta o processo de reestruturação da Infraero. Ele minimizou, porém, a importância das divergências. "Somos um governo só. A divergência é sadia e importante para o debate. Se todo mundo pensasse

igual, não seria um governo democrático", afirmou.

Para não deixar a Infraero em estado de agonia financeira, o governo destinará à estatal o dinheiro da venda de 49% da fatia que ela mantém nos aeroportos concedidos nas duas primeiras rodadas. A expectativa é receber de R\$ 3 bilhões a R\$ 5 bilhões pelas participações em Brasília, no Galeão e Confins. Em maior ou menor grau, os controladores privados dos aeroportos já demonstraram interesse em comprar essas ações.

O valor do negócio poderia chegar a R\$ 8 bilhões se a fatia de 49% em Guarulhos, maior aeroporto do país, também for vendida. O problema é que a Invepar, acionista majoritária do terminal, vive dificuldades financeiras.





## Saldão de ativos

Os projetos incluídos no PPI

### Aeroportos

- Congonhas (SP)
- Vitória (ES) e Macaé (RJ)
- Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB), Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE)
- Mato Grosso:** Cuiabá, Sinop, Alta Floresta, Rondonópolis, Barra do Garças
- Venda da participação acionária de 49% da Infraero em quatro aeroportos:** Guarulhos (SP), Galeão (RJ), Brasília (DF) e Confins (MG)
- Previsão de leilão:** 3º tri/18

### Rodovias

### Previsão de leilão

BR-153 entre Anápolis (GO) e Palmas (TO)	4º tri/18
BR-364 entre Comodoro (MT) e Vilhena (RO)	4º tri/18

### Portos - 14 terminais

### Previsão de leilão

Privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)	4º tri/18
3 terminais de GLP em Miramar (PA)	2º tri/18
5 terminais de graneis líquidos em Belém (PA)	3º tri/18
1 terminal de graneis líquidos em Vila do Conde (PA)	3º tri/18
3 terminais de grãos em Paranaguá (PR)	3º tri/18
1 terminal de graneis líquidos em Vitória (ES)	3º tri/18
Prorrogação antecipada do terminal de fertilizantes de Itaqui (MA)	2º tri/18 (assinatura)
Autorização de aumento de capacidade do terminal Agrovia do Nordeste em Suape (PE)	2º tri/18 (assinatura)





<b>Energia</b>	<b>Previsão de leilão</b>
Usina hidrelétrica de Jaguará	3º tri/17
11 lotes de linhas de transmissão	4º tri/17
3ª rodada do pré-sal sob o regime de partilha	4º tri/17
15ª rodada de blocos de exploração e produção de petróleo e gás	2º tri/18
5ª rodada de licitações de campos maduros	2º tri/18
4ª rodada do pré-sal sob o regime de partilha	2º tri/18

<b>Outros</b>	<b>Previsão de leilão</b>
PPP da Rede de Comunicações do Comaer	1º tri/18
Desestatização da Casa da Moeda	4º tri/18
Lotex	4º tri/17
Companhia de Silos e Armazéns de MG	4º tri/18
Ceasa Minas	4º tri/18

Fonte: Palácio do Planalto

## Privatizar é bom, mas olhando apenas o caixa vira um perigo

Por Daniel Rittner | Brasília

Os livros de ensino médio costumam resumir a história contemporânea com simplificações, mas atendo-se ao que é verdadeiramente importante contar para jovens estudantes. Daqui a algumas décadas, quando for preciso condensar os tempos de FHC-Lula-Dilma-Temer em dois capítulos, talvez não haja linhas suficientes para descrever o processo de privatização em setores-chave da infraestrutura brasileira.

Mas poderia se dizer mais ou menos assim: nos anos 90, diante da necessidade de estabilização da economia e com juros altíssimos, o governo FHC vendeu ativos preciosos e usou o dinheiro para conter minimamente a explosão da dívida pública.

O tucano acertou e errou. É quase consenso o sucesso na privatização das teles. Já a desestatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), feita aos trancos e barrancos para evitar novos prejuízos e levantar algum caixa, deixou problemas incontornáveis de regulação. Basta dizer que mais de 60% da malha hoje está completamente abandonada. As ferrovias não se expandem e concessionárias cobram só um

pouco abaixo do frete por caminhão, no limite do que podem.

Além do ranço ideológico, Lula não precisava de dinheiro com privatizações. Surfou no superciclo das commodities e conseguiu colher os frutos de uma saudável formalização da economia, com pleno emprego e aumento da arrecadação. Para que enfrentar sindicatos e a clientela petista se vivíamos a ilusão da megalomania dos investimentos estatais?

Com Dilma, os preços do minério e da soja despencaram, a economia perdeu fôlego, e ela aguentou-se enquanto não radicalizava suas manobras fiscais. Para reeleger-se, levou a estratégia ao limite, pedalando despesas para manter sensação térmica de crescimento econômico que não condizia com a temperatura fora do ar-condicionado. O resultado é conhecido.

Na infraestrutura, admitindo que o Estado não tinha dinheiro nem agilidade para tocar grandes projetos, Dilma trocou o PAC pelo PIL. Aceitou o investimento privado, mas nunca se entregou de coração. Resultado: um plano de concessões com contratos mal feitos, duplicações de rodovias que nunca saíram do papel, um modelo esquisito para novas ferrovias que desagradou o mercado. Pelo menos, por causa da

Copa do Mundo e da Olimpíada, ganhamos aeroportos que fazem sentir-nos no primeiro mundo, com lojas bacanas, corredores iluminados, embarque sem ônibus irritantes. Que as concessionárias vencedoras dos leilões tenham pagado ágios malucos e hoje estejam com risco de quebrar torna-se mero detalhe?

Temer trocou o PIL pelo PPI - maldita sopa de letrinhas! -, criou uma força-tarefa para coordenar as privatizações, acredita de corpo e alma no papel do capital privado na infraestrutura. O mercado adora e aplaude. "Mas perdemos a racionalidade e agora discutimos tudo sob o prisma fiscal", resigna-se um técnico do governo que, antes entusiasmado com a modelagem das novas concessões, vê agora uma pressão gigantesca da equipe econômica por vender tudo o que for possível. Brinca que o Planalto hoje só pensa em três coisas: fazer caixa, fazer caixa, fazer caixa.

Fazer o leilão de Congonhas? Ótimo. Vão chover interessados. O terminal fica mais bonito. Melhoram-se as condições operacionais. Poucos sabem que as companhias aéreas deixam um avião parado no pátio para lidar com imprevistos e não serem punidas por atrasos nos voos. A gestão privada pode ajudar muito, certamente. Mas e o passageiro de Rio Branco, de





Campo Grande ou de Teresina? Fica com uma Infraero em frangalhos e sem caixa para o básico? Vende-se o filé mignon, cobre-se um pouco do rombo e deixa-se o osso para o Estado, sem pensar na regulação.

Privatizar a Eletrobras é boa ideia. Chega de deputado indicando presidente da Chesf e senador mandando em Furnas. Mas uma pergunta incomoda: será que é mesmo certo uma usina hidrelétrica construída no início do século passado, totalmente amortizada, cobrar tarifa mais cara do que o megawatt-hora de Belo Monte ou de Jirau? "Descotizar", na prática, significa mais ou menos isso. Resolve-se o dilema jogando a culpa na Dilma, e pronto. Não seria legar à próxima geração os erros cometidos na privatização da RFFSA, nos anos 90, porque afinal precisamos dar um jeito de cobrir o rombo de 2018? A resposta não cabe em um livro de história do ensino médio.

## **Decisão do STF começa a afetar a receita**

*Por Ribamar Oliveira*

O governo está enfrentando novo problema na área tributária. Em julho, a Receita Federal identificou um "vazamento" na receita do PIS e da Cofins, que ficou bem abaixo daquela registrada no mesmo mês do ano passado.

A explicação da área técnica é que a forte queda da receita do PIS/Cofins está relacionada com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada em março deste ano, que excluiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo dos dois tributos.

O efeito negativo da decisão já era esperado, mas começou a ser registrado a partir do mês passado. Com a redução da base de cálculo, as empresas estão pagando menos PIS/Cofins. Assim, o governo está diante de uma questão delicada.

*Em julho, houve forte queda da arrecadação do PIS/Cofins*

Tecnicamente, seria necessário aumentar a base de cálculo, ou as alíquotas dos dois tributos, para que a receita obtida fique no mesmo nível daquela que ocorria antes da decisão do STF. Do contrário, argumentam técnicos oficiais, haveria uma redução da carga tributária das empresas em um momento de forte queda da arrecadação da União. O

problema é propor essa recomposição do PIS/Cofins no momento em que os principais líderes governistas não querem ouvir falar em elevar impostos.

Dados preliminares do Siafi, o sistema eletrônico que registra todas as receitas e despesas da União, mostram que a arrecadação tributária em julho foi muito ruim, tendo ficado bem abaixo do que estava previsto pelo governo no decreto de programação orçamentária e financeira. Houve queda generalizada, incluindo o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), além do PIS/Cofins.

A receita do IR e da CSLL está sendo afetada, principalmente, pela redução dos pagamentos feitos pelas instituições financeiras. Os bancos estão pagando menos IR e CSLL por causa do lançamento de provisões para fazer face ao elevado nível de inadimplência de seus clientes - a chamada provisão para devedores duvidosos (PDD). De janeiro a junho deste ano, o valor pago pelos bancos com esses dois tributos ficou quase 6% menor do que no mesmo período do ano passado.

A arrecadação está sendo afetada também pela demora na definição do novo Refis - o programa de pagamento de dívidas tributárias com redução de juros e multas. As empresas não aderem ao programa

definido pelo governo por medida provisória, na esperança de que o Congresso aumente ainda mais os descontos de juros e multas para quem pagar suas dívidas.

A perspectiva da arrecadação tributária federal no próximo ano também não é boa. A Receita Federal considera que as demais empresas, e não apenas os bancos, continuarão utilizando os prejuízos registrados nos dois anos de recessão para reduzir o imposto devido, o que afetará as receitas do IR e da CSLL. A decisão do STF sobre o ICMS continuará diminuindo a arrecadação do PIS/Cofins, a menos que o governo consiga recompor a base dos dois tributos.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chamou a atenção para a diminuição da receita em virtude da forte queda da inflação dos últimos meses. O ministro chegou a quantificar esse efeito. A estimativa da arrecadação tributária foi reduzida em cerca de R\$ 19 bilhões neste ano apenas por causa da queda da inflação. Pelo mesmo motivo, o governo reduziu a previsão de receita para 2018 em R\$ 23 bilhões.

A arrecadação deve cair também no próximo ano porque o valor do faturamento para que as empresas sejam enquadradas no Super Simples será elevado dos atuais R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões.







O economista José Roberto Afonso, especialista em finanças públicas, destaca outro fenômeno. A queda da receita decorrente da forte redução da Selic, a taxa básica de juros da economia, pelo Banco Central. Segundo Afonso, a variação da arrecadação federal do setor financeiro está colada com a Selic.

Mesmo com a economia em recuperação, o governo projeta uma forte queda da receita total da União no próximo ano, na comparação com este ano. O governo propôs uma mudança nas metas fiscais de 2017 e 2018. O projeto de lei com essas alterações prevê que a receita total da União ficará em 20,14% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, contra 20,80% neste ano.

A queda da arrecadação será, portanto, de 0,66 ponto percentual, o que é extremamente elevado, principalmente quando se leva em consideração que a previsão oficial é de que a economia crescerá 2% em 2018, enquanto a expansão neste ano ficará em torno de 0,5%.

A difícil situação das receitas tributárias explica por que o governo deslanchou um forte programa de desestatização e de concessões. Como as despesas obrigatórias não param de subir, as contas só fecharão, mesmo com o elevado déficit projetado, com o auxílio de grandes receitas extras.

Privatização da Eletrobras precisa de mudança de lei

Embora alguns ministros estejam afirmando que a privatização da Eletrobras não exigirá aprovação

pelo Congresso Nacional, a área jurídica do governo ainda tem dúvidas sobre esta questão. Questionada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) considerou "provável" que a lei que criou a Eletrobras tenha que ser mudada.

Em seu Artigo 7º, a Lei 3.890-A, de 1961, determina, expressamente, que nas emissões de ações ordinárias, a União terá que subscrever o suficiente para lhe garantir o mínimo de 51% do capital votante.

A privatização da Eletrobras proposta pelo governo prevê que, no processo de aumento de capital da empresa que será realizado em breve, a União não subscreva ações ordinárias. Desta forma, ela perderá o controle acionário da companhia. Ou seja, a desestatização não será feita por meio da venda de ações que a União tem da Eletrobras.

A questão que está colocada para a área jurídica do governo é se a União pode fazer isso, quando a lei que criou a Eletrobras a obriga, expressamente, a subscrever ações no montante suficiente para manter o controle da empresa. Se a privatização tiver que ser aprovada pelo Congresso, é possível que ocorram resistências políticas até mesmo dentro da base parlamentar do governo.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :  
ribamar.oliveira@valor.com.br



## **BNDES abre linha de R\$ 20 bi para pequenas e médias empresas**

Por Edna Simão e Fábio Pupo |  
De Brasília

Em mais uma tentativa de estimular o crescimento, o governo decidiu "repaginar" uma linha de crédito do BNDES para financiar o capital de giro de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). A modalidade, que contará com R\$ 20 bilhões do caixa do banco, poderá ser contratada pela internet a partir de segunda-feira e ficará disponível por um ano. Ela terá um custo mais baixo, devido a spreads bancários reduzidos.

O ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, insistiu que a modalidade é nova e antiga foi descontinuada. "É uma nova linha, é operacionalmente diferente. Estamos anunciando novo recurso", disse. Segundo ele, na versão antiga o programa destinava apenas R\$ 4 bilhões às MPMEs por ano. O governo prevê que 200 mil clientes usem a linha de crédito e peçam m valor médio de R\$ 100 mil cada.

A nova linha integrada ao BNDES Online (nova plataforma eletrônica de crédito do banco) vai simplificar a contratação, permitindo a oferta de crédito por meio dos aplicativos dos bancos para celulares. O BNDES terá condições de aprovar as operações em cerca de três segundos e o recurso ficará disponível na conta do cliente inicialmente em 48 horas e, "em breve", em 24 horas.

Segundo o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, o spread bancário teve uma redução de 30%, passando de 2,1% para 1,5%. "Estamos reduzindo para 1,5% e gostaríamos de convidar mais instituições para acompanhar", disse.

O prazo máximo da nova linha é de 60 meses. A taxa de juros depende do porte da empresa. Se tiver faturamento até R\$ 90 milhões, será cobrada a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais remunerações do BNDES e do agente financeiro. Mas se o

faturamento variar entre R\$ 90 milhões e R\$ 300 milhões, a correção do empréstimo corresponderá a 50% da TJLP e 50% da Selic mais remunerações.

Para empresas com faturamento acima de R\$ 300 milhões, o custo será correspondente à taxa de mercado, mais as remunerações. Oliveira frisou que não há subsídio adicional do Tesouro Nacional. "É recurso que o BNDES tem hoje em caixa."

O governo espera que os R\$ 20 bilhões a serem liberados ajudem na retomada da economia. "O crédito para empresas ainda não recuperou o terreno positivo e essa linha de crédito vem para esse ponto de inflexão. Toda a demanda está se colocando sobre as empresas e elas precisam de capital de giro para retomar a produção e dar atendimento a essa demanda."

## **Governo promete proposta para PIS/Cofins que não puna serviços**

Por Raphael Di Cunto | De Brasília

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, prometeu ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encaminhar uma proposta de simplificação do PIS e da Cofins, parte da reforma tributária pretendida pelo governo, que não prejudique o setor de serviços, responsável por empregar 20 milhões de trabalhadores.

Dirigentes de associações, sindicatos e confederações do setor, junto com deputados, fizeram mobilização em Brasília ontem contra o projeto que, nos cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), provocaria a demissão de dois milhões de pessoas com o aumento da carga tributária, que também elevaria o preço de serviços como educação, passagens, internet, vigilância, tarifas bancárias, entre outros.

Os empresários conversaram ontem com o relator da reforma tributária na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que defende projeto diferente do discutido pelo governo, com uma completa mudança no sistema, e critica a tentativa de fazer apenas

uma simplificação, sem realizar uma verdadeira reforma que possa alavancar o crescimento do Brasil.

Também falaram com o presidente da Câmara, que já tinha prometido em reunião com o setor no ano passado trabalhar contra o aumento da carga tributária e reiterou esse compromisso ontem. Maia, segundo o presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), João Diniz, chegou a comentar até que o encontro era desnecessário. "Ele [Maia] tem um compromisso público contra o aumento de impostos", afirmou.

O projeto de simplificação tributária do PIS/Cofins unifica os dois impostos e acaba com o regime cumulativo de cobrança, utilizado pela maior parte das empresas de serviços, em que a alíquota dos dois impostos é de 3,65%. Ficaria apenas o regime não cumulativo, com alíquota de até 9,25%, compensada com registro de crédito do imposto pago por seus fornecedores.

O problema, dizem os empresários, é que outras áreas, como comércio e indústria, vão gerar muitos créditos porque têm uma grande cadeia produtiva, mas na área de serviços os insumos são representados basicamente por mão de obra, que não gera créditos a

serem compensados. A estimativa é que isso eleve a carga do setor em até 5% - o que acabaria repassado para o consumidor final, diminuiria a demanda e, como consequência, os empregos em meio à crise econômica.

De acordo com o presidente da Câmara, Rachid afirmou que sabe que a proposta causará impacto para o setor de serviços e informou que está elaborando uma "solução" para que o segmento não seja prejudicado. "Vão encaminhar uma proposta em que esse problema dos serviços esteja resolvido, está bem tranquilo em relação a esse assunto", disse. Maia afirmou que não sabe, ainda, qual é essa saída.

Os empresários procurarão o Ministério da Fazenda para conversar sobre essa nova proposta, mas, de antemão, se mostram resabiados. "Na primeira reforma do PIS e da Cofins do governo Lula, em 2004, aumentaram o imposto e prometeram um novo projeto para reduzir a alíquota, mas nunca foi aprovado", pontua Diniz. Na época a mudança resultou em elevação de arrecadação com as duas contribuições. Há a preocupação de que, num momento de ajuste fiscal, a conta caia sobre o setor de serviços.

## Governo quer injetar R\$ 16 bi na economia com liberação de PIS

Por Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília



Dyogo Oliveira, do Planejamento: "Vamos fazer ampla divulgação para pessoas que possam ter esquecido esse dinheiro".

Depois de ver a demanda da população por recursos do Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ser maior que a prevista, o governo decidiu criar uma medida semelhante para facilitar o saque das contas do PIS/Pasep. Com isso, o Planalto espera que R\$ 15,9 bilhões sejam injetados na economia e impulsionem o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano em 0,25%.

Segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, será editada hoje uma medida provisória que permitirá o saque. A idade mínima para saque pelos aposentados será de 62 anos, no caso das mulheres, e de 65 anos, para os homens. Serão beneficiados 7,8 milhões de cotistas a partir de outubro.

O ministro explicou que será permitido que o crédito seja feito em folha de pagamento ou de forma

automática em conta de depósito, conta poupança ou outra forma de pagamento de titularidade para os cotistas enquadrados para saque. Por isso, o beneficiário não precisará nem ir ao banco.

Atualmente, os trabalhadores têm direito ao abono salarial e rendimentos do PIS/Pasep desde que cadastrados como participantes dos fundos até 4 de outubro de 1988 e não tenham sacado o saldo. Pelas regras atuais, os cotistas só poderiam efetuar os saques nos casos de aposentadoria (para aqueles com idade igual ou superior a 70 anos); invalidez (do participante ou dependente); transferência para reserva remunerada ou reforma (no caso de militar); idoso e/ou portador de deficiência alcançado pelo Benefício da Prestação Continuada; dentre outros.

De acordo com Oliveira, muitos cotistas que cumprem os critérios para saque não se lembram que possuem esses recursos. "Há também muitos casos em que herdeiros de cotistas falecidos não sabem do direito ao saque e, por conta disso, a medida vai facilitar o acesso às informações. Vamos fazer ampla divulgação para pessoas que possam ter esquecido esse dinheiro", disse o ministro.

O governo adiantou que os saques serão feitos de forma gradativa, obedecendo a um cronograma que leva em conta a data de nascimento do beneficiário. Em

junho de 2016, o saldo médio por cotista era de R\$ 1.187,00. A maioria dos cotistas tem ao menos R\$ 750 a serem resgatados.

Para o presidente Michel Temer, a iniciativa é uma demonstração da atenção que o governo dá à área social e resulta do trabalho da equipe econômica, que, conforme afirmou, produz ações que "favorecem toda a sociedade brasileira" e a economia. "O crédito está sendo gerado pelas mais variadas formas e fórmulas. E também esse aporte que vamos colocar na economia beneficiando 8 milhões de pessoas", disse Temer em discurso.

A medida é tomada depois que o governo federal avaliou como bem-sucedida a iniciativa de liberar recursos das contas inativas do FGTS, que serviu para fazer um afago a 25,9 milhões de trabalhadores que tiveram acesso a R\$ 44 bilhões.

Os recursos foram destinados, principalmente, ao pagamento de dívidas, o que contribuiu para o aumento do consumo e, conseqüentemente, segundo o governo, para a retomada da economia do país.

O saque de contas do PIS/Pasep foi anunciado em solenidade no Palácio do Planalto. Na mesma cerimônia também foi lançada uma linha de crédito de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas.

## **Recursos ajudam consumo, mas impacto divide analistas**

Por Sergio Lamucci, Ana Conceição e Estevão Taiar | De São Paulo

A liberação de R\$ 15,9 bilhões das contas do PIS/Pasep para aposentados dará impulso extra ao consumo das famílias no quarto trimestre. O que divide os analistas consultados pelo Valor é o tamanho desse impulso. O impacto deve ser menor do que o produzido no segundo trimestre pelos saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que chegaram a R\$ 44 bilhões, mas vai ajudar o componente da demanda que, para analistas, já puxa a recuperação lenta e gradual da economia. O investimento, tudo indica, terá nova queda neste ano.

A nova injeção de recursos deve beneficiar cerca de 7,8 milhões de aposentados a partir de outubro. Os saques vão ser permitidos a homens com mais de 65 anos e mulheres com mais de 62. Para o economista Bruno Levy, da Tendências Consultoria Integrada, será mais uma força impulsionando o consumo.

A consultoria projetava no começo do ano contração da demanda das famílias em 2017, número que mudou para estabilidade. Agora, a Tendências cogita uma nova revisão para cima, num quadro marcado pela queda da inflação, que ajuda a renda real, o

recurso dos juros, a melhora no crédito para pessoas físicas e a perspectiva de melhora da confiança, passado o choque da crise política. "A medida é positiva e deve ter reflexo no consumo das famílias, nas contas nacionais, e nas vendas no varejo", diz Levy.

Para o economista Bruno Lavieri, da 4E Consultoria, o impacto sobre o consumo e a atividade econômica é pequeno. "Isso deve se refletir de forma muito diluída e eventualmente nem aparecer de maneira relevante", diz.

Para ele, a medida se assemelha à liberação de recursos do FGTS - algo visto por Lavieri como positivo, mas menos do que previsto a princípio. "Esses recursos acabaram sendo impactantes para consumo e desalavancagem das famílias, mas muito do que o governo esperava em um primeiro momento em termos de consumo acabou não se concretizando", diz. "O impacto sobre consumo foi até pequeno."

No caso do FGTS, foram liberados R\$ 44 bilhões. Em relação ao PIS/Pasep, o governo estima que ficarão disponíveis R\$ 15,9 bilhões. "Esse recurso deve ir na mesma direção [do FGTS]", mas com menos impacto, diz.

Além do volume menor, o mercado de trabalho em lenta recuperação, segundo ele, limita a

recuperação mais rápida do consumo. "As pessoas preferem reduzir as dívidas a contratar novos empréstimos ou fazer novos gastos", afirma.

Mauricio Nakahodo, economista do Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG) no Brasil, a medida tem potencial para estimular as vendas do varejo no fim do ano.

"[A liberação] Abre espaço para um aumento do consumo. De forma imediata, no quarto trimestre, é difícil quantificar. Mas pensando em sazonalidade, fim de ano, parte do dinheiro pode ser usada para essas compras", afirma o economista.

No segundo trimestre, argumenta Levy, da Tendências, o comércio varejista ampliado (que inclui automóveis e autopeças e material de construção) subiu 1,7% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal.

A liberação do dinheiro das contas inativas do FGTS teve um impacto favorável no consumo no período de abril a junho, segundo analistas, embora não tenha sido o motivo principal para explicar o movimento. Os juros mais baixos e a inflação cadente têm maior peso aí. Para a Tendências, o PIB no segundo trimestre ficou estável em relação ao primeiro, com alta de 0,4% do consumo das famílias.





Levy acredita que, dado o perfil de quem poderá sacar as contas do PIS/Pasep, a propensão ao consumo tende a ser maior do que a de quem obteve acesso às do FGTS. "Os idosos tendem a poupar menos", diz ele. Parte dos recursos tende a ser destinada ao pagamento de dívidas. No caso do dinheiro do FGTS, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima que 25% dos R\$ 44 bilhões chegaram ao varejo.

Levy projeta um crescimento do PIB de 0,3% no ano, com estabilidade do consumo das famílias, número este que pode ser revisado para cima. Para ele, o investimento terá queda de 1,1% em 2017. O Santander, por sua vez, estima expansão para o PIB de 0,5% neste ano, com avanço de 0,6% do consumo das famílias e recuo de 0,7% do investimento.

Na opinião de Lavieri, da 4E, uma outra característica dos recursos - tanto do PIS/Pasep quanto do FGTS - favorece a desalavancagem em detrimento do consumo: "A distribuição é muito pulverizada. Tem pouca gente recebendo muito e muita gente recebendo pouco ou quase nada. O FGTS foi bem assim", afirma. "Quem recebeu muito dinheiro é porque teve um salário muito bom por um muito tempo, juntando boa poupança. Essa pessoa não precisa do recurso para consumo imediato."



## Privatização da Eletrobras coloca em risco obra de Angra 3

*Eletronuclear deve acelerar busca por sócio privado. Usina ainda precisa de R\$ 17 bi para ser concluída*

RAMONA ORDOÑEZ,  
GLAUCE CAVALCANTI,  
MANOEL VENTURA,  
BÁRBARA NASCIMENTO  
E JANAINA LAGE

A decisão de separar a Eletronuclear de sua controladora, a Eletrobras, que será privatizada, coloca em risco a conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3 e, em última instância, o avanço do projeto nuclear brasileiro. Segundo especialistas, pode ficar mais difícil financiar Angra 3, empreendimento que começou a ser construído em 1984, tinha orçamento original de R\$ 9,9 bilhões, mas que agora ainda depende de R\$ 17 bilhões para concluir a obra. Diante da escassez de recursos e do custo bilionário para desmobilizar o projeto após 33 anos, a Eletronuclear busca parceiros privados para finalizar a construção. A Eletronuclear já assinou um memorando de entendimento com a China National Nuclear Corporation (CNNC) para análise das características do empreendimento e deve firmar, em breve, acordo com a russa Rosatom. Caso cheguem a um consenso, o sócio privado entraria com investimentos de R\$ 13 bilhões. Caberia à Eletronuclear arcar com os R\$ 4 bilhões restantes. Segundo um executivo próximo à estatal, o anúncio da separação da

Eletronuclear e da Eletrobras, cujos termos ainda não foram definidos pelo governo, poderia contribuir para agilizar as negociações em curso: — O prazo fica mais apertado. O anúncio pode até acelerar as negociações com parceiros privados. Se em setembro o governo federal decidir pela retomada das obras, tem de se fechar a parceria até o fim do ano para que a usina fique pronta em 2024.

### TARIFA QUE NÃO COMPENSA PROJETO

A obra enfrenta problemas em série. A construção está paralisada desde setembro de 2015 por envolvimento do projeto nos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato. A retomada de Angra 3 depende ainda da aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Mesmo que um sócio privado estrangeiro arque com os custos de conclusão da obra, a operação da usina ficaria a cargo da Eletronuclear. Segundo a estatal, depois que for assinado o contrato é necessário um período de seis meses para mobilização de pessoal e preparação de canteiro. No primeiro semestre, o balanço da Eletrobras inclui um impairment (baixa contábil) de R\$ 485 milhões referente a Angra 3. Segundo Aquilino Senra, professor de Engenharia Nuclear da Coppe/UFRJ, a separação das empresas pode ter impacto financeiro. — A Eletrobras tem um papel importante na articulação junto ao governo

federal. Existem outras áreas, porém, que estão fora do âmbito da companhia, como a construção do reator de propulsão naval da Marinha — explica Senra. Especialistas afirmam que é difícil compreender como a Eletronuclear terá fôlego para tocar os empreendimentos sem o suporte da Eletrobras. No governo anterior, havia propostas de expansão do parque nuclear, com a construção de ao menos uma outra central nuclear no Nordeste. Os projetos, porém, ficaram em compasso de espera.

— A Eletronuclear representa uma questão constitucional. As usinas nucleares são de responsabilidade da União. A empresa desagregaria valor ao negócio. Da maneira que está hoje, é um ativo oneroso. Mas o que vai acontecer quando a Eletrobras perder o controle sobre as empresas? A receita de Angra 1 e Angra 2 é mais que suficiente para manter as usinas. A dificuldade é ter recursos para concluir Angra 3 — afirma Olga Simbalista, presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben). Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha, observa que o momento atual é de indefinição sobre o futuro da energia nuclear no país. — Existe grande indefinição sobre o futuro da energia nuclear, que dependerá das decisões que virão com o novo marco regulatório para o setor. É preciso resolver Angra 3 pois, sem ela, a Eletronuclear é superavitária. Como





está, sozinha não se sustenta — diz Celso Cunha ao lembrar que parar as obras exigiria cerca de R\$ 12 bilhões. Mesmo antes da discussão sobre privatizar a Eletrobras, já havia dificuldade para viabilizar Angra 3.

Segundo fonte próxima à estatal, Angra 3 vem causando elevados prejuízos que são repassados por meio de baixas contábeis para a Eletrobras. Para viabilizar a usina, seria necessário aumentar a tarifa de Angra 3, fixada em R\$ 240 o megawatt/hora (MWh). Segundo a fonte, o valor não remunera o projeto, e aumentar a tarifa de Angra 3 já faz parte das negociações com potenciais parceiros. — Se não aumentar o valor da tarifa da usina, Angra 3 não tem jeito, nem mesmo se conseguir parceiros. Com essa tarifa, ela não é rentável. Os atrasos na obra geraram custos muito altos — destacou. Diante do quadro de incerteza, Senra teme que o governo mire em seguida no monopólio de urânio. O país tem a sétima maior reserva do mundo. — Temo que as mudanças estejam só começando. Isso pode ter impacto na transferência de tecnologia ao país — disse. Em Brasília, o governo ainda discute os detalhes da privatização da Eletrobras. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, só haverá venda de ações da União na privatização da empresa se a diluição da participação do governo não for suficiente para a perda de controle da estatal.

O modelo em estudo dentro do governo para a venda da holding prevê que a estatal faça uma oferta de ações na Bolsa, como forma de levantar recursos para pagar ao governo pelas 14 usinas hidrelétricas que foram transferidas à União em

2012, como resultado da medida provisória 579, que buscava reduzir a conta de luz e desarrumou as contas da Eletrobras. Dessa forma, o dinheiro entraria no caixa da União, que perderia o controle da empresa, porque não vai comprar as ações. — A ideia que foi colocada aqui no Conselho é que, inicialmente, não tenha venda de nenhuma ação (da Eletrobras) por parte da União, do BNDES e dos fundos (de pensão). Porém, se a diluição de capital por emissão de novas ações não for suficiente para a perda do controle, podemos, sim, colocar algumas ações à venda, mas não é essa a proposta inicial — disse o ministro.

#### MODELO DEVE SER ANUNCIADO NA PRÓXIMA SEMANA

O único modelo de venda da Eletrobras pelo qual o governo consegue levantar recursos para cobrir o rombo nas contas públicas é o que prevê o pagamento à União pelas outorgas das usinas, após a empresa levantar recursos no mercado. De acordo com Coelho Filho, a modelagem da privatização deve ser anunciada até início da próxima semana. Mais cedo, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, explicou que a ideia do governo é estabelecer uma modelagem de venda da Eletrobras que pulverize o controle. Ou seja, não deve ser permitido que um único grupo adquira a maioria das ações, a exemplo do que ocorreu com a Vale. — A ideia é democratizar o controle.

#### PARAGUAI AGUARDA INFORMAÇÃO SOBRE USINA

BUENOS AIRES- O governo do

Paraguai, sócio do Brasil na Usina Hidrelétrica de Itaipu, acompanha as informações sobre o processo de privatização da Eletrobras pelos meios de comunicação e ainda não recebeu qualquer comunicação do governo brasileiro sobre o assunto. O governo Michel Temer decidiu privatizar a Eletrobras, mas a usina binacional não será privatizada. Segundo disse ao GLOBO o ministro das Relações Exteriores paraguaio, Eladio Loizaga, o assunto não foi discutido pelos presidentes Temer e Horacio Cartes, no encontro realizado segunda-feira passada em Brasília. O Paraguai espera que “diante de qualquer processo de venda ou incorporação de uma empresa privada, o Brasil informe qual será a figura jurídica que será utilizada em relação ao Tratado de Itaipu” (que estabeleceu a criação da represa hidroelétrica binacional).

— O tratado não fala sobre a abertura a empresas privadas, teríamos de conversar sobre isso — disse o chanceler paraguaio. De acordo com o governo Temer, a situação de Itaipu “será analisada em função dos acordos bilaterais com o Paraguai”. Em Assunção, a falta de informação é total. — Queremos ter mais informações, só estamos sabendo o que foi publicado na mídia — afirmou Loizaga. Há vários anos, o Paraguai pede ao Brasil que autorize a venda de seu excedente de energia elétrica em Itaipu a preço de mercado. Na opinião do chanceler paraguaio, “uma mudança na Eletrobras poderia abrir a porta para algo que estamos solicitando há bastante tempo”. — Cartes e Temer não mencionaram o assunto. Falaram, apenas, da produção recorde de Itaipu — disse Loizaga. (Janaína Figueiredo, correspondente)



## Temer libera R\$ 16 bi para idosos e age para reanimar investidores

DE BRASÍLIA

Depois da safra de notícias negativas que culminou com o aumento da previsão de déficit do Orçamento, o governo lançou um minipacote com objetivo de reverter o mau humor em relação ao desempenho da economia.

O presidente Michel Temer e sua equipe econômica anunciaram, em um só dia, a liberação de R\$ 15,9 bilhões do PIS/Pasep, além de uma nova linha de crédito do BNDES e mais privatizações.

A medida de maior apelo popular é a facilitação ao saque do PIS/Pasep, cujos cotistas são trabalhadores que tinham carteira de trabalho assinada até 1988. O governo reduziu a idade mínima para saques, de 70 anos para 65 (homens) e 62 (mulheres), e depositará o dinheiro diretamente para quem tem conta no Banco do Brasil ou na Caixa.

Quem não tem conta nos bancos estatais poderá solicitar a transferência para seu banco, a partir de outubro.

Segundo o Ministério do Planejamento, a medida vai beneficiar quase 8 milhões de pessoas e terá impacto positivo de 0,2 ponto percentual no PIB até o fim de 2018.

Marcos Ferrari, secretário de Assuntos Econômicos do Planejamento, afirma que o efeito esperado é semelhante ao dos saques do FGTS.

"O primeiro efeito positivo será sobre o consumo. O segundo, via redução do endividamento das famílias."

Embora não receba depósitos desde 1988, o fundo do PIS/Pasep vem aumentando devido à falta de informação e à dificuldade de acesso.

Atualmente, o volume disponível é de R\$ 37 bilhões, recursos hoje à disposição do BNDES para empréstimos.

Na avaliação do Planejamento, os saques não afetarão as operações do banco, que tem outros recursos disponíveis para emprestar.

O pacote é o ponto central de um esforço do governo para girar a economia e sustentar a recuperação de empregos em um momento de transição até a retomada do crescimento no médio prazo.

Na avaliação de auxiliares de Temer, a confiança de investidores e consumidores foi duramente abalada pelas acusações feitas pelos donos da JBS contra o presidente.

O objetivo do governo é tomar medidas que não agravem o quadro fiscal para criar um ambiente positivo em relação à economia.

"Algumas pessoas me perguntam: quando é o 'feel good' [sentir-se bem, em inglês]? [Quando] as pessoas começam a ter uma percepção de que a economia está melhorando, começam a perder o medo de perder o emprego", afirmou o ministro Henrique Meirelles (Fazenda).

(MAELI PRADO, MARINA DIAS, MARIANA CARNEIRO, JULIO WIZIACK)

# A revolução de Dilma e Temer

VINICIUS TORRES FREIRE

A ASSOCIAÇÃO de Dilma Rousseff com Michel Temer pode resultar em uma revolução do lugar do governo na economia brasileira. A ex-presidente começou a obra de desmonte do Estado, que entrou em outra fase importante nesta semana, com o pacote de privatizações de seu sucessor em impopularidade.

Não é preciso lembrar que revoluções podem produzir apenas ruínas e que a mudança ainda é uma obra superfaturada em andamento. Ainda assim, mesmo este país prostrado e abúlico deveria prestar atenção no que se passa.

Dilma arruinou as contas públicas e as estatais, um tanto como a ditadura militar em sua fase final. Depois dela, vieram o dilúvio da dívida e a seca de recursos estatais, que deverá durar uma década.

Dilma desmoralizou o que se chama de ideias de esquerda em economia. Por assim dizer, a grande obra da ex-presidente foi construir a "Ponte para o Futuro" (o nome do programa da coalizão que a depôs). O bloco liberal apenas atravessa o rio, em apoteose.

Temer criou um programa constitucional de redução de gastos do governo federal. Retirou parte importante das relações trabalhistas da custódia do Estado. Lançou um

plano de privatização de quase todo o resto da infraestrutura estatal.

Na lei e na marra, vai diminuindo o crédito dos bancos estatais. O fim dos subsídios via BNDES e a diminuição do balanço do banco são apenas um passo.

O próximo, planejado nas internas, é acabar com os subsídios ao setor rural embutidos no crédito estatal (a ideia é que os subsídios sejam concedidos via Orçamento, que está à míngua, no entanto).

Todas essas ambições de elegância liberal podem chafurdar na lama grossa que são o governo e sua coalizão.

O teto de gastos pode cair logo, sem reforma da Previdência. A reforma trabalhista pode parar na Justiça (sic) assim que começar a ser aplicada e causar revoltas e algumas explorações.

A redução forçada do investimento público, por falta de meios e devido ao programa teórico dos economistas do governo, vai dar em besteira caso não se inventem as condições que incentivam o investimento privado.

Para ficar em um exemplo tópico, ontem o governo voltou a falar na criação de um mercado de

debêntures, como o fez em setembro do ano passado, quando lançou o programa Crescer. Nisso e em muito mais está tudo por fazer.

A privatização e as novas regras do setor elétrico são problemas enroladíssimos e graves, embora exista gente capaz na equipe econômica e elétrica para tocá-las. O problema não está bem aí, como em quase toda parte do programa do governo que tem boa-fé.

A "base aliada" já quer sabotar a privatização da Eletrobras (políticos de Minas e do Nordeste querem manter os feudos de Furnas e da Chesf). Está à beira de enterrar a reforma previdenciária.

Parte do Planalto e sua "base", enfim, este governo "semiparlamentarista", estão doidos para estourar ainda mais o Orçamento, como se viu na revisão das metas fiscais.

Em resumo, estamos à beira de uma reviravolta. Pode haver um Estado diminuído, com oferta privatizada e talvez mais eficaz de serviços públicos, mas ainda um Estado imensamente quebrado.

Mas, como todas as reformas ainda podem ir à breca, pode restar apenas desordem na falência.

## Outra afronta ao teto salarial

A exemplo dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, os integrantes da Advocacia-Geral da União (AGU) também não pouparam esforços para aumentar o contracheque e burlar o teto salarial fixado pela Constituição – hoje de R\$ 33,7 mil – para o funcionalismo público. Só entre janeiro e julho deste ano, os 12,5 mil advogados e servidores do órgão receberam um benefício extra de R\$ 283,3 milhões. Até os aposentados embolsaram parte desse valor. Além disso, seguindo o exemplo dos magistrados e dos procuradores de Justiça, os membros da AGU – uma das carreiras mais bem remuneradas da administração pública, com vencimentos iniciais de R\$ 17,3 mil – entendem que os valores recebidos a título de benefício funcional não estão sujeitos ao teto salarial do funcionalismo estabelecido pela Constituição, o que lhes permite ultrapassar o limite de remuneração de R\$ 33,7 mil mensais. Ainda com base nesse entendimento, a AGU não inclui no Portal da Transparência informações detalhadas sobre o pagamento desse benefício a cada servidor.

Enquanto no caso dos juízes e dos procuradores os benefícios envolvem auxílio-moradia, auxílio-creche, auxílio-educação, ajuda de custo, gratificações e outros penduricalhos, no caso dos advogados da União o pagamento extra vem do repasse dos chamados honorários de sucumbência – os valores pagos pelas partes derrotadas em litígios judiciais a quem venceu os processos. Até recentemente, a legislação determinava que esses valores pertenciam à parte – ou seja, à União. Contudo, os integrantes da AGU pressionaram a Câmara e o Senado durante a votação do novo Código de Processo Civil, em 2015, e conseguiram incluir no texto a previsão de que “os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei”. Eles voltaram a se mobilizar em 2016 e conseguiram que o Congresso aprovasse essa lei, determinando que os valores da sucumbência pertencem a eles. Isso obrigou os Ministérios do Planejamento e da Fazenda a baixar uma portaria no final de 2016,

regulamentando os repasses, cujo valor bruto já chega a R\$ 5 mil por mês em alguns casos.

Para gerir os repasses, a AGU teve de criar um Conselho Curador, cujos membros são eleitos pelos funcionários do órgão. Ao justificar esse pagamento extra, que passou a ser concedido indiscriminadamente a todos os advogados da União, inclusive aos que perdem causas judiciais, os integrantes da AGU alegam que não estão onerando os cofres públicos, pois os valores da sucumbência seriam privados, por virem de contribuintes que litigam contra a União. Portanto, são recursos que não se enquadram no conceito de finanças públicas nem como receita nem como despesa – dizem eles. Também afirmam que esse pagamento é “a forma mais moderna e eficiente de remuneração”, na medida que atenderia “aos preceitos da meritocracia”.

Esses argumentos – também invocados por advogados públicos de Estados e municípios – primam pelo absurdo e pela hipocrisia, pois esses profissionais já recebem vultosos salários mensais, independentemente de seu desempenho ou produtividade. Também não arcam com qualquer ônus quando perdem causas nos tribunais. E, sobre a publicação dos valores de modo individualizado no Portal da Transparência, os dirigentes do Conselho Curador chegam às raias do cinismo ao afirmar que, por “liberalidade e em atenção aos princípios republicanos”, encaminham as informações ao Ministério da Transparência, ao qual caberia a responsabilidade por sua divulgação. Como nas demais carreiras jurídicas do Estado, os advogados públicos também insistem em afirmar que benefícios pecuniários fazem parte das prerrogativas de que necessitam para exercer sua função. Esquecem, contudo, de que os pagamentos extras não são prerrogativa, mas uma apropriação imoral de recursos da coletividade. Isso dá a medida das dificuldades que o País tem de enfrentar para superar a maior crise fiscal de nossa história.

## Governo amplia programa de concessões e prevê arrecadar R\$ 40 bi

Privatização. Programa anunciado ontem, para ser finalizado até o ano que vem, inclui aeroportos, portos, áreas de exploração de petróleo, a Eletrobrás e até a Casa da Moeda; anúncio foi bem recebido no mercado, mas falta de modelo de concessões foi criticado

Idiana Tomazelli  
Fernando Nakagawa  
Carla Araújo

Sob pressão para demonstrar como conseguirá fechar as contas públicas deste e do próximo ano, e tentando injetar um novo ânimo na economia, o governo federal anunciou ontem a intenção de conceder 57 empreendimentos à iniciativa privada, incluindo o aeroporto de Congonhas e a Casa da Moeda. A expectativa é obter pelo menos R\$ 40 bilhões em bônus a serem pagos pelos investidores, a maior parte desse valor ainda em 2017 e 2018.

A cifra inclui o que será obtido com a venda da Eletrobrás. A estimativa do governo é que, além dos bônus, a concessão desses projetos – que incluem aeroportos, portos, rodovias e áreas de exploração de petróleo – ainda vai gerar R\$ 44,5 bilhões em investimentos ao longo do período dos contratos. O ministro-chefe da

Secretaria de Governo, Moreira Franco, afirmou que a ampliação do programa não tem objetivo meramente arrecadatório.

Segundo ele, o programa vai enfrentar a questão do emprego e renda e, ao mesmo tempo, melhorar a infraestrutura do País. O pacote anunciado ontem é o maior já feito dentro do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Nos dois pacotes anteriores, o total era de 89 projetos. Desses, segundo o governo, 49 já foram concedidos ou renovados e, até o fim do ano, deverão ser realizados outros seis leilões e seis renovações.

O anúncio teve uma acolhida positiva por parte do mercado. “É um anúncio muito importante, várias dessas privatizações colocadas são ativos que hoje não recebem investimentos, estão depreciando, e, na mão de terceiros, receberão investimentos que vão movimentar a indústria”, disse o presidente da consultoria Alvarez & Marsal Brasil, Marcelo Gomes. Mas o fato de o governo não ter detalhado como será o modelo das concessões levantou algumas críticas.

“É um pacote que mistura um monte de ativos, e o principal, que é a estratégia de vendas, não

existe”, disse o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco Lima Gonçalves.

Transportes.

O pacote de concessões inclui a privatização de 14 aeroportos, entre eles o de Congonhas (SP) e o de Recife (PE), no terceiro trimestre de 2018. Congonhas é o ativo mais valioso e pode render pelo menos R\$ 5,6 bilhões. O governo vai exigir o pagamento desse bônus à vista no ano que vem. As outorgas dos demais aeroportos poderão ser pagas de acordo com o modelo que já tem sido implementado: entrada de 25% e o restante parcelado.

À exceção de Congonhas, o governo deve ofertar os aeroportos em blocos por região. São seis aeroportos no Nordeste e cinco terminais no Centro-Oeste. Ainda não está decidido se cada bloco poderá ter mais de um operador. “Com certeza teremos interessados nos ativos, aeroportos no Brasil têm atratividade muito grande”, disse o ministro dos Transportes, Maurício Quintella.

O governo ainda vai leiloar trechos da BR-364 entre Rondônia e Mato Grosso e da BR-153 entre Goiás e Tocantins. As duas rodovias são importantes para o





escoamento agrícola. Também entraram na lista 15 terminais portuários. Outra frente de atuação será a venda da participação de 49% da Infraero nos quatro primeiros aeroportos concedidos à iniciativa privada: Brasília, Confins, Galeão e Guarulhos. A estatal enfrenta dificuldades de caixa e não tem fôlego financeiro para bancar sua parte nos investimentos previstos nesses terminais nos próximos anos.

O Ministério da Fazenda também propôs a privatização da Casa da Moeda, estatal responsável pela emissão de dinheiro e documentos como o passaporte, e que tem enfrentado dificuldades financeiras. “A saúde financeira da Casa da Moeda está extremamente debilitada pelo avanço da tecnologia”, explicou Moreira Franco.

COLABOROU FRANCISCO  
CARLOS DE ASSIS

## Para economistas, impacto maior é no longo prazo

Analistas avaliam que pacote de concessões dará alívio no curto prazo, mas o importante é que sinaliza mudança de postura do Estado

A inclusão de 57 novos projetos no programa de privatizações e concessões do governo federal, segundo analistas, é positiva e pode contribuir para reduzir as dificuldades fiscais em que se encontra o País já no curto prazo. Mas a avaliação é que os impactos serão mais positivos mesmo é no longo prazo.

Para o economista Sílvio Campos Neto, da consultoria Tendências, há a sinalização do governo de uma mudança da postura do Estado na economia, com a redução do seu papel nos negócios. Isso fica evidente na previsão de venda da participação da Infraero nos aeroportos já concedidos à iniciativa privada, como o de Guarulhos em São Paulo e o de Confins em Belo Horizonte.

No governo anterior havia grande protagonismo do setor público na economia, ressalta ele. Esta sinalização de mudança tem impacto positivo na confiança de investidores, o que é um passo importante para a atração de recursos do exterior, afirma

Campos Neto. Para ele, há demanda pelos projetos de investidores externos.

Ao mesmo tempo, lembra o economista, o quadro de incerteza política ainda é alto, em meio às investigações da Operação Lava Jato e as eleições de 2018. A elevada incerteza, apesar dos projetos de infraestrutura serem de longo prazo, pesa nas decisões dos agentes.

Para Campos Neto, o pacote dará alívio fiscal às contas públicas, especialmente em 2018, mas não resolve a forte deterioração da dívida, que segue precisando de medidas estruturais, como a reforma da Previdência. Avaliação parecida tem o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini.

Segundo ele, a medida é positiva e pode contribuir para reduzir as dificuldades fiscais em que se encontra o País já no curto prazo. Mas, mais do que isso, a transferência de ativos à iniciativa privada melhora a dinâmica do caixa do governo no longo prazo. “Se os processos forem bem-sucedidos, entram recursos importantes no caixa do governo num momento em que a situação fiscal ainda é delicada, com necessidade de ajuste fiscal”, disse

Agostini.

“As concessões e privatizações também melhoram a governança dessas empresas e evitam riscos para o Tesouro, melhorando o fluxo de caixa no longo prazo.” Segundo ele, investidores internacionais têm grande interesse em ativos de infraestrutura e logística no Brasil, apetite que deve ser verificado nos leilões. “O Brasil tem grande fluxo de pessoas, são 220 milhões de habitantes e pouco mais de 100 milhões de pessoas economicamente ativas.

Os investidores sabem disso e entendem que os ativos de infraestrutura e logística podem ser rentáveis.” Um bom desempenho do programa ainda traria contribuição positiva à nota de crédito do País. “O momento é muito delicado por causa do anúncio de aprofundamento do déficit fiscal, mas, com um êxito dos leilões, as agências perceberão uma melhora importante da dinâmica do fluxo de caixa ao longo do tempo. Essa mudança de direção, aliada a um ajuste fiscal, pode ajudar a reverter essa ameaça sobre o rating”, explicou o economista da Austin.

CAIO RINALDI E ALTAMIRO  
SILVA JÚNIOR







## PACOTE DE CONCESSÕES

SETORES	EMPREENDIMENTOS	PREVISÃO DO EDITAL	PREVISÃO DO LEILÃO
Aviação	● Aeroportos de Alta-Floresta (MT), Aracaju (SE), Barra do Garças (MT), Campina Grande (PB), Congonhas (SP), João Pessoa (PB), Juazeiro do Norte (CE), Macaé (RJ), Maceió (AL), Recife (PE), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Várzea Grande (MT) e Vitória (ES)	2º tri. 2018	3º tri. 2018
	● Venda da participação acionária da Infraero nos aeroportos de Brasília, Confins, Galeão e Guarulhos	2º tri. 2018	3º tri. 2018
Rodovias	● BR-153 entre Tocantins e Goiás	3º tri. 2018	4º tri. 2018
	● BR-364 entre Rondônia e Mato Grosso	3º tri. 2018	4º tri. 2018
Portos	● 3 terminais de GLP de Miramar no Porto de Belém (PA)	4º tri. 2017	1º tri. 2018
	● 5 terminais de granéis líquidos no Porto de Belém (PA)	2º tri. 2018	3º tri. 2018
	● Terminal de granéis líquidos em Vila do Conde (PA)	2º tri. 2018	3º tri. 2018
	● 3 terminais de grãos em Paranaguá (PR)	2º tri. 2018	3º tri. 2018
	● Terminal de granéis líquidos em Vitória (ES)	2º tri. 2018	3º tri. 2018
	● Renovação antecipada do terminal de fertilizantes no Porto de Itaqui (MA) e investimentos no terminal agrovia em Porto Suape (PE)	Assinatura do contrato no 1º tri. 2018	
	● Privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)	3º tri. 2018	4º tri. 2018
Geração elétrica	● Usina de Jaguará (MG)	3º tri. 2017	3º tri. 2017
Transmissão elétrica	● 11 lotes de instalações de transmissão	4º tri. 2017	4º tri. 2017
Petróleo e gás	● 3ª rodada de blocos sob regime de partilha no pré-sal	3º tri. 2017	4º tri. 2017
	● 15ª rodada de blocos para exploração e produção	1º tri. 2018	2º tri. 2018
	● 5ª rodada de licitações de campos terrestres maduros	2º tri. 2018	2º tri. 2018
	● 4ª rodada de blocos sob regime de partilha no pré-sal	1º tri. 2018	2º tri. 2018
Abastecimento	● Privatização da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de MG	3º tri. 2018	4º tri. 2018
	● Privatização da Ceasa Minas	3º tri. 2018	4º tri. 2018
Aeronáutica	● PPP da rede de telecomunicações da Aeronáutica	3º tri. 2018	4º tri. 2018
Finanças	● Privatização da Casa da Moeda	3º tri. 2018	4º tri. 2018
	● Loterias instantâneas da Caixa (Lotex)	4º tri. 2017	4º tri. 2017



**Governo quer leiloar 4 usinas da Cemig**

O governo não desistiu de leiloar as quatro usinas hidrelétricas da Cemig, apesar da pressão contrária da bancada mineira no Congresso, capitaneada pelo senador Aécio Neves (PSDB-MG). "Não vamos abrir mão do leilão ainda neste segundo semestre", disse o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

Ele disse que o governo nunca esteve fechado a um entendimento com a estatal mineira, que quer comprar as usinas e busca financiamento do BNDES. O ministro participou ontem da reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) que aprovou a nova leva de concessões e privatização.

## Venda da Eletrobrás tem resistências

Parlamentares nordestinos da base governista, como Edison Lobão e Raimundo Lira, são contra venda de subsidiárias da estatal de energia

Thiago Faria  
Julia Lindner

A decisão de privatizar a Eletrobrás começa a enfrentar resistências no Congresso, inclusive na base governista. Aliado do governo Michel Temer, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) afirmou ser contra a medida. Ministro de Minas e Energia de 2008 a 2015, o peemedebista alegou que a empresa é estratégica para o País e não deveria ser entregue à iniciativa privada.

“Eu penso que a dificuldade da Eletrobrás, que realmente existiram, decorrem sobretudo das distribuidoras, que foram assumidas pela empresa e que pertenciam a alguns Estados. Sobretudo a do Amazonas, que gerou um prejuízo muito grande. Não sou favorável à privatização da Eletrobrás. Ela é uma segurança para o abastecimento de energia do País.

Ela tem uma função estratégica e, como tal, deve ser preservada sob controle do Estado”, afirmou. Questionado sobre a possibilidade de o governo poupar subsidiárias da Eletrobrás, como já sugerem alguns parlamentares, Lobão disse que a estatal de energia é um conjunto. “Eu entendo a Eletrobrás como um conjunto daquilo que é útil para a

geração de energia.

A parte da distribuição até pode ser privatizada, mas a geração, não.” Na bancada peemedebista do Senado, a opinião é de que a privatização é necessária, mas será preciso discutir antes as condições. “Essa (privatização) é uma discussão que vai ser feita aqui. Precisamos ouvir os senadores. Cada um tem os seus interesses regionais.

A Chesf, por exemplo, é uma empresa muito respeitada e muito estimada no Nordeste. Estas questões regionais devem ser objeto de discussão”, afirmou o líder do PMDB na Casa, Raimundo Lira (PB), em referência à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. A oposição à venda das subsidiárias, porém, não é unânime.

Para Garibaldi Alves (PMDBRN), por exemplo, não há razão para não incluir as subsidiárias na privatização. “Não vejo razão para excluir”, disse. As resistências surgem também na Câmara. “Estou muito preocupado com mensagem de venda da Eletrobrás e da privatização das usinas da Cemig”, afirmou ontem o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

Cemig.

O formato da operação de privatização da estatal ainda não está definido. Mas, ainda que não dependa da aprovação do Legislativo, ela pode ser alvo de

pressões pelo Congresso. É o que ocorre com a concessão das usinas da Cemig que estão com seus contratos vencidos. Contrária à medida, a bancada mineira tem ameaçado não votar matérias de interesse do governo.

COLABOROU IDIANA  
TOMAZELLI

### Meirelles diz que plano é pulverizar ações da Eletrobrás

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a ideia do governo é pulverizar as ações da Eletrobrás no processo de privatização anunciado nesta semana. Segundo o ministro, a ideia não é oferecer o bloco de controle atualmente com o governo a um único comprador, e sim oferecer as ações de forma pulverizada aos investidores. “A ideia é não ter um controlador na Eletrobrás.

A princípio, é uma pulverização que diminua a participação da União”, disse, após cerimônia no Planalto. Questionado sobre eventual impacto fiscal no processo de descolização do setor elétrico – mudança do sistema de precificação da energia nas geradoras e que pode gerar pagamento de outorgas ao governo –, o ministro da Fazenda admitiu que a opção pode gerar impacto positivo nas contas públicas, o que poderia aliviar o déficit registrado atualmente. “A descolização pode gerar uma receita fiscal importante”, disse.

## INFRAESTRUTURA »

# Privatização pode gerar investimento de R\$ 44 bi

Pacote do governo prevê a licitação de 57 empreendimentos das áreas de energia e transportes até o fim do próximo ano, além da venda de empresas estatais à iniciativa privada. Modelagem dos leilões, no entanto, ainda não está definida

SIMONE KAFRUNI

O governo anunciou ontem um pacote de privatizações com previsão de investimentos de R\$ 44 bilhões ao longo dos anos de concessão de 57 empreendimentos a serem leiloados até o fim de 2018. O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) confirmou a concessão de 14 aeroportos, inclusive o de Congonhas (SP), administrado pela Infraero, e a alienação da participação acionária da estatal nas concessionárias dos terminais de Brasília (DF), Confins (MG), Galeão (RJ) e Guarulhos (SP), dos quais detém 49%. Também aprovou a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização (PND), da Casa da Moeda e da Eletrobras e marcou o leilão da usina hidrelétrica de Jaguara (MG), objeto de disputa judicial com a estatal mineira de energia, Cemig, para 27 de setembro.

O PPI ainda incluiu no Projeto Crescer a concessão de 11 lotes de transmissão de energia elétrica, de campos de exploração de petróleo,

de vários terminais portuários e a privatização da Lotex (veja no quadro ao lado). Ao anunciar as decisões do terceiro encontro do conselho do PPI, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, ressaltou que, nas duas primeiras reuniões, foram aprovados 89 projetos, dos quais 49 já foram concedidos ou renovados. “Até o fim do ano, serão mais seis leilões e seis renovações. Tudo isso resultou em R\$ 24 bilhões de investimentos e R\$ 6 bilhões de outorga”, enumerou.

Para as novas concessões, Moreira Franco explicou que houve um esforço para mudar modelagens. “O objetivo é criar condições para o setor privado participar. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) mudou o seu papel no processo. Acabamos com o empréstimo-ponte e há toda uma discussão para transformar a TJLP (taxa de juros de longo prazo) em TLP”, ressaltou.

Eletrobras

Sobre a privatização da Eletrobras, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, ressaltou que o presidente Michel Temer precisa chancelar a decisão do conselho do PPI. “Até o início da semana que vem, vamos detalhar como será a diluição da participação do governo na estatal”, disse.

Coelho Filho também ressaltou

que não desistiu das usinas hidrelétricas de Minas Gerais, em disputa com a Cemig. “Não abro mão dos interesses da União e das outorgas. A realização do leilão ocorrerá neste semestre”, destacou. Sobre a judicialização, o ministro afirmou que o certame pode ocorrer sem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). “Obviamente, ela dá mais conforto para segurança jurídica”, reconheceu.

Para especialistas, o governo está no caminho certo ao buscar reduzir o tamanho do Estado. “É necessário transferir para a iniciativa privada aquilo que o Estado já mostrou que não tem competência para gerir. Só assim o país vai conseguir eliminar gargalos de infraestrutura”, avaliou o presidente da Macroplan, Cláudio Porto.

Na opinião do presidente da InterB Consultoria, Cláudio Frischtak, haverá investidores interessados porque há excesso de liquidez no mundo. “Os retornos estão muitos baixos em nível global. A questão é saber em que condições essas privatizações vão se dar, por conta da situação macroeconômica muito frágil e a incerteza política”, disse.

No caso da Eletrobras, Frischtak ressaltou que a modelagem definitiva não saiu, mas a melhor forma seria pulverizar o controle, e o governo manter uma golden share, como foi





feito com a Embraer e a Vale. Para o especialista Rodrigo Leite, advogado do LVA, o governo estuda um limitador para aquisição das ações da Eletrobras, para não haver concentração nas mãos de um só investidor. “Isso vai resultar numa pulverização, que é positiva para investidor, mas não para empreendedor. Diminui o apetite dos chineses, por exemplo, que são megalomaniacos e querem controle”, analisou.

#### Negociação

Leite não tem dúvidas de que a estratégia do governo é aprovar a descotização, permitindo que a Eletrobras comercialize energia com preço de mercado. “Isso melhora a atratividade e gera uma dívida com a União, que precisa fazer frente ao deficit orçamentário”, afirmou. Ele ressaltou, no entanto, que o governo vai ficar refém do Congresso, pois precisa aprovar uma medida provisória. “Vai ter muita negociação e talvez seja necessário deixar de fora alguma subsidiária, como Chesf ou Furnas, para atender políticos. Porque, se não descotizar, ninguém vai levar a Eletrobras”, ponderou.

No caso do leilão da usina de Jaguara, marcado para 27 de

setembro, os especialistas interpretaram o movimento do governo como uma pressão para resolver o embate com a Cemig. Ricardo Medina, especialista em infraestrutura do L.O. Baptista Advogados, destacou que a proposta da estatal mineira é absurda. “Querem comprar as usinas da União com dinheiro da União. Não faz sentido. Mas é preciso resolver as pendências judiciais para não prejudicar o processo de privatização”, alertou.

As usinas de Mariana, São Simão e Volta Grande, concedidas à Cemig por 20 anos, mas cujos contratos venceram este ano, também estão com leilão marcado para o mesmo dia de Jaguara. Porém, a Cemig, que não tem os R\$ 11 bilhões de outorga que o governo pede pelos quatro ativos, judicializou a questão e o processo está pendente de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

“É necessário transferir para a iniciativa privada aquilo que o Estado já mostrou que não tem competência para gerir. Só assim o país vai conseguir eliminar gargalos de infraestrutura”

Cláudio Porto, presidente da Macroplan





# Feirão

Governo anuncia 57 concessões e R\$ 44 bilhões em investimentos



## Setor aeroportuário

### Empreendimentos

Aeroportos de Maceió/AL, João Pessoa/PB, Aracaju/SE, Juazeiro do Norte/CE, Campina Grande/PB e Recife/PE compõem o bloco do Nordeste e os aeroportos de Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Altamira e Barra do Garças, todos no Mato Grosso, o bloco do Centro-Oeste. Serão leiloados isoladamente os terminais de Vitória/ES, Macaé/RJ e Congonhas/SP

Alienação da participação acionária da Infraero nas concessionárias de Brasília, Confins, Galeão e Guarulhos

### Edital

2º trimestre de 2018

### Leilão

3º trimestre de 2018

## Setor rodoviário

Estudos BR-153 GO/TO

3º trimestre de 2018

4º trimestre de 2018

BR-364/RO/MT

3º trimestre de 2018

4º trimestre de 2018

## Setor Portuário

3 terminais de GLP Miramar no Porto de Belém/PA (cessão onerosa)

4º trimestre de 2017

1º trimestre de 2018

5 terminais de granéis líquidos no Porto de Belém/PA

2º trimestre de 2018

3º trimestre de 2018

Terminal de Granéis Líquidos em Vila do Conde/PA

2º trimestre de 2018

3º trimestre de 2018

3 terminais de grãos em Paranaguá/PR

2º trimestre de 2018

3º trimestre de 2018

Terminal de granéis líquidos em Vitória/ES

2º trimestre de 2018

3º trimestre de 2018

Renovação antecipada do terminal de fertilizante do Porto de Itaqui e autorização de investimento no terminal do Nordeste no Porto de Suape/PE

Assinatura de contrato no 1º trimestre de 2018

Desestatização da Codesa

3º trimestre de 2018

4º trimestre de 2018

## Setor de Energia

UHE de Jaguará/MG

3º trimestre de 2017

3º trimestre de 2017

11 lotes de linhas de transmissão

4º trimestre de 2017

4º trimestre de 2017

3ª rodada sob regime de partilha de produção da área do pré-sal

3º trimestre de 2017

4º trimestre de 2017

15ª rodada de blocos para exploração e produção de petróleo

1º trimestre de 2018

2º trimestre de 2018

5ª rodada de licitação de campos terrestres maduros

2º trimestre de 2018

2º trimestre de 2018

4ª rodada de blocos sob o regime de partilha de produção

1º trimestre de 2018

2º trimestre de 2018

## Outros

Privatização da CASEMG

3º trimestre de 2018

4º trimestre de 2018

Privatização da CeasaMinas

3º trimestre de 2018

4º trimestre de 2018

PPP da rede de comunicações integrada do COMAER

4º trimestre de 2017

1º trimestre de 2018

Desestatização da Casa da Moeda

3º trimestre de 2018

4º trimestre de 2018

Venda da Lotex

4º trimestre de 2017

4º trimestre de 2017

Fonte: PPI



## Casa da Moeda será vendida

MARLLA SABINO  
ESPECIAL PARA O CORREIO

A Casa da Moeda do Brasil, responsável pela confecção de notas de reais e também de passaportes brasileiros, selos postais e diplomas, foi incluída no pacote de privatização anunciado ontem pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A previsão é que o edital seja publicado no terceiro trimestre do ano que vem, e que o leilão aconteça nos três últimos meses de 2018.

A ideia de privatizar a empresa pública foi apoiada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, com o argumento de que há prejuízos crescentes na estatal, ao mesmo tempo em que, pelo avanço tecnológico, moedas e cédulas são cada vez menos usadas pelos brasileiros. Além disso, há exemplos de empresas privadas que fabricam papel moeda para os respectivos países, como a De La Rue, no Reino Unido, e a Giesecke & Devrient, na Alemanha.

Moreira Franco defende que a estatal seja vendida antes que chegue a depender do dinheiro do Tesouro Nacional. “A Fazenda vai aprofundar estudos sobre o destino da Casa da Moeda, que vem tendo prejuízos sucessivos. O negócio principal da empresa é produzir moeda, mas o consumo de moeda no Brasil, que chegou a movimentar cerca de 3 bilhões de cédulas, caiu para 1,2 bilhão”, disse o ministro. “Isso significa que a saúde financeira está extremamente debilitada pelo avanço da tecnologia”, completou.

O presidente da consultoria Macroplan, Cláudio Porto, vê a medida com bons olhos, mas acredita que é necessário desenvolver tecnologias de controle rígidas ao passar a gestão da empresa para a iniciativa privada. “Se bem implementada, é uma boa iniciativa, pois os meios de pagamento mudaram e hoje se usa pouco dinheiro vivo”, afirmou.

Para José Matias-Pereira, professor da Universidade de Brasília (UnB), especialista em contas

públicas, não há nenhum inconveniente em privatizar a Casa da Moeda, mas é importante que a empresa atenda a demanda do Estado brasileiro, na medida em que a instituição esteja em condições adequadas para produzir cédulas. “O Estado já provou que não está preparado para estar no comando das estatais. É fundamental que a empresa tenha condições adequadas para produzir cédulas, sendo monitorada, de maneira permanente, pelo governo”, argumentou.

Em abril, o Banco Central precisou importar cem milhões de notas azuis de R\$ 2 de uma empresa sueca. Por conta de problemas, que foram desde a quebra de equipamentos até a descoberta de um esquema de corrupção dentro da estatal para direcionar licitações, foi criada uma lei que autoriza a autoridade monetária a importar papel-moeda e moeda metálica de reais, sem licitação, sempre que a Casa da Moeda atrasar a entrega de encomendas em 15%. (colaborou Simone Kafruni)

## INFRAESTRUTURA »

# Infraero deve sair do Aeroporto JK



Holding da operadora do terminal brasileiro afirma que tem interesse em ampliar a atuação no Brasil

*Venda da fatia de 49% da estatal abre caminho para grupo argentino ampliar controle. Pacote de privatização inclui 14 terminais, incluindo o de Congonhas, em São Paulo*

SIMONE KAFRUNI

No feirão de privatizações anunciado ontem pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) estão 14 aeroportos, entre eles, Congonhas SP), e a alienação da participação de 49% da Infraero nos terminais de Brasília, Galeão (RJ, Guarulhos (SP) e Confins (MG). A saída da Infraero abre caminho para

que os argentinos adquiram 100% do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek.

A Corporacion América, holding da Inframerica, administradora do Aeroporto de Brasília, diz não estar “no presente momento” em tratativas para comprar os 49% da Infraero na operação de Brasília, mas reconhece ter “interesse em ampliar a sua atuação na indústria aeroportuária brasileira”. Em nota, a companhia argentina diz operar 53 aeroportos em sete países, incluindo o Brasil, no qual “a holding aposta fortemente no mercado”. Além de Brasília, a Inframerica detém 100% do

aeroporto de São Gonçalo de Amarante (RN), primeiro terminal totalmente concedido à iniciativa privada.

A grande aposta do governo, no entanto, é privatizar Congonhas, uma operação atrativa ao mercado, com a qual o governo espera arrecadar R\$ 5,6 bilhões em outorga e R\$ 1,8 bilhão em investimentos. Para o presidente da InterB Consultoria, Cláudio Frischtak, há um elemento arrecadatório na privatização do aeroporto doméstico mais movimentado do país, Congonhas. “É o ativo mais atraente, apesar das limitações físicas. Mas não vai resolver o problema fiscal”, afirmou.

Além dos aeroportos, o governo vai conceder 15 terminais portuários. O ministro dos Transportes, Portos e Aviação, Maurício Quintella, detalhou que, sem levar em consideração a venda dos 49% da Infraero, que ainda será avaliada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo espera investimentos de R\$ 19,472 bilhões e outorga total de R\$ 8,586 bilhões, sendo outorga à vista de R\$ 6,39 bilhões. “Tudo isso é projeção. Os estudos é que vão dizer se é isso mesmo”, ressaltou.

Seis aeroportos vão compor o bloco do Nordeste e outros cinco, do Centro-Oeste, sendo que os terminais de Vitória (ES), Macaé (RJ) e Congonhas serão leilados







isoladamente, “No bloco do Centro-Oeste, há um aeroporto grande, em Cuiabá (na verdade Várzea Grande, na região metropolitana da capital mato-grossense), e quatro regionais que alimentam o principal. A modelagem é de 25% de outorga fixa”, explicou Quintella.

#### Divergência

O ministro reconheceu que retirar os aeroportos superavitários da Infraero pode enfraquecer a estatal, tanto que era contrário à privatização de Congonhas, mas foi voto vencido. “Somos um governo só. A divergência é importante, mas terminou e já qualificamos o aeroporto”, resumiu. Sobre o futuro da Infraero, Quintella explicou que a alienação e a privatização dos chamados “filés” da Infraero não

acabam com a possibilidade de abertura de capital. “Uma consultoria está estudando a nova realidade, levando em conta o leilão dos aeroportos. O final desse trabalho é que vai apontar esse caminho”, disse.

#### Injeção de recursos

A alienação dos 49% vai garantir uma injeção significativa de recursos na Infraero. “Tomamos medidas de saneamento da Infraero e o prejuízo em balanço saiu de R\$ 3 bilhões, em 2015, para R\$ 751 milhões em 2016. A empresa ainda tem condições de fazer investimento e está com um programa de PDV, aberto e efetivo, que foi financiado pelas concessionárias na última rodada de concessões”, destacou o ministro Maurício Quintella.

## TRABALHO »

# EBC quer desligar 500 servidores



Direção da empresa discute ainda outras mudanças, como a unificação de operações de TV e troca de nome

Plano de Demissão Voluntária mira, sobretudo, funcionários aposentados. Sindicato diz temer sucateamento da estatal

Anna Russi\*  
Andressa Paulino\*

O Conselho Administrativo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), aprovou um Programa de Demissão Voluntária. O PDV, que é uma demanda que alguns empregados vêm apresentando desde 2016, tem como meta reduzir 500 pessoas do quadro de pessoal, visando, principalmente, aposentados com mais de 53 anos. Além disso, a direção discute a unificação da TV Brasil com a TV

NBR e a mudança do nome da empresa de EBC para Nacional.

Os planos da EBC provocaram receio entre os funcionários. Segundo o coordenador do Sindicato dos Jornalistas e empregado da empresa, Gésio Passos, o temor é de que as demissões resultem no sucateamento da empresa. Caso o PDV atinja a meta, a estatal perderia 25% da mão de obra especializada, que soma 2.500 trabalhadores, sem que haja previsão de concursos públicos para uma recomposição desses serviços.

Segundo o representante dos funcionários no Conselho Administrativo, Edvaldo Cuaio, a

expectativa, porém, é de que o plano não atinja nem 300 aposentados. Os benefícios para quem aderir ao programa não foram informados, mas a perspectiva, devido às condições nas quais a empresa se encontra, não é boa, segundo ele. “Há um conflito de interesses. O processo não está sendo feito de forma transparente, como deveria. Queremos sempre lutar para a valorização dos funcionários, mas o assunto é tratado de forma sigilosa”, criticou Cuaio.

A participação do representante dos empregados foi vetada na reunião realizada pelo conselho para tratar da aprovação do PDV. O clima entre os servidores é de receio em relação à possibilidade de o projeto do governo alterar plano de carreira e de benefícios.

A EBC informou que a proposta do plano de demissão seguirá para análise na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). O Ministério do Planejamento, responsável pelo departamento, afirmou que, até o momento, não recebeu o processo de PDV referente à EBC.

### Oportunidade

Edvaldo Cuaio disse que os empregados da estatal temem ainda que as condições de trabalho piorem. “Até agora, não recebemos nenhuma notificação oficial. O medo é que eles comecem a forçar o trabalhador a





se demitir, cortando vantagens como prorrogação de jornada, tirando correspondentes de seus postos, deixando o funcionário com condições mínimas de trabalho”, contou um jornalista da empresa que não quis ser identificado.

Os funcionários, entretanto, estão cientes de que, na empresa, algumas das pessoas que já recebem o benefício do INSS demandam por essa oportunidade há cerca de um ano. A estatal alegava não ter recursos para atender ao pedido. “Há uma cota muito alta de aposentados na empresa e nós sabemos que esse plano pretende alcançar esse tipo de funcionário. Acredito que esses servidores estão esperando justamente essa proposta”, contou um editor de texto da EBC, que também preferiu não ser identificado.

\* Estagiárias sob supervisão de Odail Figueiredo

**CONJUNTURA »****Saque do PIS/Pasep para idosos**

Governo vai injetar quase R\$ 16 bilhões na economia com a liberação dos recursos para 8 milhões de cotistas

RODOLFO COSTA  
ANDRESSA PAULINO\*



Dagmar Batista usará recursos na compra de um fogão: "Qualquer dinheiro na conta é válido"

O governo federal segue adotando medidas para destravar o consumo e recolocar o país nos trilhos. Após o sucesso dos saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que injetaram R\$ 44 bilhões na economia, o Ministério do Planejamento anunciou ontem que vai liberar R\$ 15,9 bilhões em recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Ao todo, devem ser beneficiados quase 8 milhões de cotistas — cerca de 5 milhões de homens e 3 milhões de mulheres, segundo avaliação do ministro da pasta, Dyogo Oliveira.

A medida prevê, ainda, a redução da idade mínima para o resgate, de 70 anos para 65 anos, no caso de homens; e 62 anos para mulheres.

Os saques começarão em outubro e podem se estender por quatro ou cinco meses, afirma Oliveira. A expectativa do governo é que o calendário seja divulgado até 15 de setembro. O presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, disse que esse é o prazo para que a instituição ajuste os sistemas, uma vez que houve uma alteração na regra de idade mínima para o resgate do recurso.

Dados estimados pelo Planejamento apontam que o saldo médio dos saques deve ficar em torno de R\$ 1,2 mil. No entanto, a maioria dos cotistas resgatará, ao menos, R\$ 750. Os recursos do Pasep serão retirados no Banco do Brasil, enquanto a Caixa será a responsável pelo pagamento do PIS.

O saque do PIS, segundo o governo, vem de contas inativas e, portanto, não tem ligação com o abono salarial destinado anualmente a quem ganha até dois salários mínimos. "São contribuições que foram vinculadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) de pessoas que já trabalhavam antes de 1988", explicou Oliveira.

A aposentada Dagmar Batista, 68

anos, comemorou o anúncio. Não fosse pela decisão do governo, ela só poderia ter acesso ao recurso em 2019. O dinheiro, segundo afirmou, vai fazer a diferença na compra de um fogão novo para casa. "O benefício é muito pouco, mas, no cenário atual, qualquer dinheiro na conta é válido", avaliou.

**Escala**

Os resgates do PIS/Pasep vão trazer efeitos positivos para a economia, mas em menor escala em relação aos dos saques do FGTS, conforme prevê o economista-chefe da Opus Investimentos, José Márcio Camargo. "A liberação vai ser favorável, já que o Brasil vai ganhar com a geração de incentivo para o aumento de demanda econômica num momento em que o país está precisando", analisou.

Parte dos recursos, no entanto, pode não ser usada integralmente com consumo de bens e serviços. Para o professor de administração pública Roberto Piscitelli, da Universidade de Brasília (UnB), uma parcela do saldo deve ser usada para quitar dívidas. "Como esse público de terceira idade assume muitas despesas de filhos, netos e afins, esse dinheiro vai ser um auxílio para a quitação de débitos", avalia.

\*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa





### Os resgates

Fique atento aos saques das contas inativas do PIS/Pasep

Recursos R\$ 15,9 bilhões em resgates aos cotistas

Beneficiários 7,8 milhões de pessoas

Público mulheres com idade a partir de 62 anos; e homens com pelo menos 65 anos

Valor em média, os cotistas devem sacar R\$ 1,2 mil. O mínimo previsto é de R\$ 750.

Calendário as informações completas, como data para resgate, serão divulgadas até 15 de setembro

Resgate ainda que não haja data definida, os primeiros saques devem começar em outubro

Fonte: Ministério do Planejamento